

População em Situação de Rua no Bairro da Mooca Durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020: trabalho, renda e modos de vida

Homeless on the streets of the district Mooca in São Paulo during the Covid-19 pandemic in 2020: Work, income and ways of life

Ednan Silva Santos^a 

Resumo Este artigo é resultado de uma etnografia com a população de rua do bairro da Mooca e do Belenzinho, na cidade de São Paulo, durante os meses de novembro de 2020 e janeiro e fevereiro de 2021. A etnografia para esse trabalho foi realizada enquanto o Brasil atravessava a pandemia de Covid-19 e buscou entender quais foram os impactos na vida da população de rua durante a pandemia. O objetivo do artigo é apresentar o resultado dessa etnografia. Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas com um homem em situação de rua e duas mulheres em abrigo, além de utilizar relatos de campo. Os resultados apontam para a pandemia como potencializador dos problemas pré-existentes no cotidiano e na vida das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, principalmente porque as efêmeras políticas públicas e os programas sociais destinados à população de rua (PopRua), durante a pandemia de Covid-19, caracterizam-se pela incapacidade de racionalizar os problemas sociais a partir da contextualização das necessidades específicas desse grupo.

Palavras-chaves Covid-19. Pandemia. PopRua. Renda. Trabalho.

Abstract *This article is a result of an ethnography with the homeless of the districts Mooca and Belenzinho in the city of São Paulo in the months of November and December of 2020 as well as January and February of 2021. The ethnography took place while Brazil suffered from the Covid-19 pandemic. Three semi-structured interviews, one with a homeless man and two others with two women in emergency housing, as well as a field diary were used. The results indicate that the pandemic was a intensifier*

^a Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Bacharel e licenciado em História (2015) pelo Centro Universitário Fundação Santo André, com especialização em Filosofia e História Contemporânea (2017) pela Faculdade Metodista de São Paulo, e mestre em Ciências Humanas e Sociais (2019) pela UFABC.

for pre-existing problems regarding the daily life of homeless people in the city of São Paulo, and the short-lived public policies and social programs aimed at homeless people during the COVID-19 pandemic are characterized by the inability to rationalize the social problems based on the contextualization of the specific needs of this group.

Keywords Covid-19. Pandemic. Homeless. Income. Work.

INTRODUÇÃO: PANDEMIA E POPULAÇÃO DE RUA

A pandemia de Covid-19 teve início no final de 2019, na cidade de Wuhan, na China, e logo se espalhou pelo mundo inteiro, causando mortes e acentuando as desigualdades sociais existentes nos países. Não demorou para que a pandemia chegasse ao Brasil e encontrasse um país marcado pela pobreza, pelas desigualdades sociais e pela segregação social (Oxfam, 2021). Diante da campanha “Fique em Casa”, pessoas que não possuem “casa” ficaram mais expostas ao vírus. O que para uma parcela da sociedade são consideradas medidas simples, para outras pessoas são medidas totalmente inviáveis, como alertam Silva et al. (2021) e isso evidencia a segregação social e as desigualdades existentes no Brasil e na cidade de São Paulo. Os mais pobres foram e são os mais afetados pela crise econômica gerada pela pandemia e no Brasil, os processos de acentuamento das desigualdades são consequentes da falta de interesse dos governos, principalmente do governo federal (Bolsonaro, 2019-2022, PL) em gerir os danos causados pela pandemia. Com isso, os mais pobres se veem sem alternativas de reduzir as mazelas da condição de pobreza na qual já estão inseridos.

Segata (2020) nos propõe pensar cada grupo social a partir da sua realidade específica e elenca dois importantes pontos a serem levados em consideração nos trabalhos dos cientistas sociais sobre a pandemia. O primeiro: as pessoas afetadas pela pandemia compõem e partilham ambientes singulares e, por isso, as análises devem considerar como únicas cada experiência vivida nos corpos e na sensibilidade coletiva; o segundo ponto: os fenômenos globais precisam ser atuados a partir de contextos locais, quer dizer, a pandemia pode ser mundial, mas as experiências são locais e vividas a partir de experiências de cada território, de cada grupo social. A população em situação de rua (PopRua) é um grupo vulnerável diante da pandemia de Covid-19 e as consequências da pandemia afetam em pontos específicos a realidade dos desabrigados. Mesmo após muita luta e garantindo o direito de prioridade na vacinação contra a Covid-19 (Paulo, 2021), a PopRua da cidade de São Paulo encontrou outros problemas a serem superados durante o agravamento da pandemia no Brasil. O Auxílio Emergencial de 2021 foi reduzido abaixo do oferecido no ano de 2020, sendo insuficiente para se manter a

vida. Além disso, políticas públicas e programas sociais desconsideraram questões importantes sobre gênero, raça e classe como um fatores primordiais nas ações dos governos em gerir a crise, como indicam Nakamura e Silva (2020). Krieger et al. (2022) dizem que as políticas públicas e programas sociais destinados à PopRua durante a pandemia de Covid-19 são caracterizados pela sua efemeridade e incapacidade de pensar os problemas sociais a partir da contextualização das necessidades específicas desse grupo.

O século XXI é marcado por um cenário de acumulação capitalista, pelo neoliberalismo e pela globalização, que acentuam a precarização da vida em consequência da expansão capitalista desregulada ou flexível (Harvey, 1992). As atividades econômicas realizadas pela PopRua são caracterizadas pela precarização, insegurança social e pelo baixo retorno financeiro. A PopRua está inserida no processo de acumulação capitalista e sua condição de vulnerabilidade social é consequente da expansão desregulada do capitalismo nas cidades globais. Em vista de tal condição, são muitas as atividades econômicas realizadas pelo grupo em questão com a qual tive contato nos meses de trabalho de campo (novembro e dezembro de 2020 e janeiro e fevereiro de 2021). Entre outras, posso citar os “guardadores de carros”, “os coletores de recicláveis” ou “carroceiros”, os “carregadores e descarregadores de caminhões” e os “montadores de estruturas de eventos”. Todos eles viram o ramo de atividade em que atuam parar e minguar nos meses de fechamento das atividades econômicas durante o ano de 2020. Entendo por trabalho toda a atividade sobre a qual o ser humano dispõe sua força para produzir o seu sustento, sendo essas inerentes à vida e vital para não morrer (Marx, 2001).

Impedidas de exercer as atividades econômicas para o seu sustento, as pessoas com quem mantive contato no período mencionado viram intensificar sua condição de segregação preexistente à pandemia. Segundo Marques (2005), podemos encontrar três definições distintas de segregação. O primeiro exemplo utilizado pelo autor é o de uma segregação que envolve a apartação e separação completa de grupos sociais, como aconteceu com os judeus na Alemanha nazista e com os negros na África do Sul, durante o Apartheid, e nos EUA, durante a Segregação Social. A segunda segregação é uma definição referente à desigualdade de acesso de diferentes acepções. Pode-se exemplificar essa definição de segregação pela falta de acesso aos aparelhos de saúde (como postos de saúde, hospitais, consultas médicas, tratamentos); a impossibilidade de alojamento em albergues e centros de acolhida; o impedimento de acesso a serviços e programas sociais do governo. Por último, uma definição de segregação referente a estudos que investigam padrões

de semelhança e diferença na distribuição de grupos sociais pelas cidades por renda, escolaridade, raça e gênero.

A definição de segregação à qual este artigo se referirá é a segunda definição elencada por Marques, a de acesso a programas e recursos sociais. Por exemplo, para o cadastro no Auxílio Emergencial disponibilizado pelo governo federal (benefício social que será apresentado mais adiante), era necessário acesso à internet, número de CPF, conta em banco, aparelho celular, tanto para baixar o aplicativo quanto para o cadastro e recebimento do código de confirmação cadastral. Todas essas exigências e condições mencionadas foram impedimentos para muitas pessoas em situação de rua que precisavam acessar o programa social do governo federal (Krieger et al., Momesso, Magri, 2022).

METODOLOGIA

O artigo é resultado de minha participação num estágio de capacitação em métodos espaciais, coordenado pela prof^a. dra. Fraya Frehse e pelo dr. Ignacio Castillo Ulloa, no Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability (GCSMUS) da Technische Universität (TU) Berlin, em convênio com a Universidade de São Paulo, no intuito de investigar qualitativamente o que foi “viver nas Ruas de São Paulo Durante a Pandemia de Covid-19” entre os meses de novembro de 2020 e fevereiro de 2021. O estágio visou capacitar estudantes de diversas disciplinas no ofício da coleta de dados de métodos espaciais de investigação nas ciências sociais e nas disciplinas espaciais. As visitas foram relatadas em um diário de campo, somando 115 páginas ao final dos quatro meses do projeto. Referido diário é composto de diálogos, conversas, croquis, fotos e desenhos que relatam as mudanças nos locais de visita, assim como as práticas cotidianas dos atores sociais. Conjuntamente com o grupo do projeto “Viver nas Ruas de São Paulo Durante a Pandemia de Covid-19”, debatemos os diários de campo de cada integrante da equipe durante reuniões semanais, com a finalidade de aperfeiçoar os métodos utilizados durante o estágio.¹

Os dados apresentados neste artigo são resultados do esforço etnográfico realizado em duas fases, na Paróquia São Miguel Arcanjo e no Núcleo de Convivência São Martinho (a partir de agora irei me referir ao Núcleo de Convivência São Martinho apenas como “Núcleo de Convivência”). Procurei analisar as anotações

¹ Agradeço a toda a equipe envolvida nesse projeto: aos coordenadores dra. Fraya Frehse (USP) e ao dr. Ignacio Castillo Ulloa (TU Berlin); e aos colegas de equipe: Ana Carolina Martins Gil, Anna Carolina Martins Silva, Caio Moraes Reis, Giovanna Bernardino, Giulia Pereira Patitucci, Paula Rochlitz Quintão e Tales Fontana Siqueira Cunha.

no diário de campo na perspectiva do trabalho, da renda e dos modos de vida para construir uma reflexão referente às percepções sobre as mudanças no cotidiano da PopRua no bairro da Mooca, em São Paulo, durante a Pandemia de Covid-19, entre os meses de novembro de 2020 e fevereiro de 2021.

Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas com um homem em situação de rua e duas mulheres em situação de abrigo. Os critérios de escolha dos entrevistados passam pelo desejo dos entrevistados em participar das entrevistas, autorização da divulgação das suas falas, serem mães, terem inscrição ativa no auxílio emergencial e buscarem alternativas de renda, enquanto recebem o auxílio emergencial. As informações coletadas dão conta dos usos do auxílio emergencial e da sua insuficiência referente aos custos de vida, versam sobre as tentativas e os impedimentos do exercício de atividades de acréscimos de renda e acerca de temas relacionados ao cotidiano do trabalho durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020.

Na primeira fase do trabalho de campo foi aplicada como método a observação participante (Angrosino, 2009). Procurei participar dos trabalhos da Paróquia São Miguel Arcanjo (PSMA), desde o início da missa às 7h da manhã até a entrega dos kits de higiene e roupas para a PopRua no Núcleo de Convivência. O segundo momento do trabalho etnográfico foi marcado pela observação direta. Essa fase se iniciou no terceiro mês de idas ao campo, em janeiro e nas duas primeiras semanas de fevereiro de 2021. A partir da pergunta “quais as mudanças ocasionadas na sua vida durante a pandemia de Covid-19?”, procurei construir uma análise sobre as perspectivas de mudanças ocorridas no cotidiano de diversas pessoas e grupos, incluindo os voluntários, com quem tive contato durante o trabalho de campo, entre os meses de novembro de 2019 e fevereiro de 2020. Durante as atividades, dificilmente os voluntários se repetiam, a maioria eram mulheres entre 25 e 30 anos. Pude observar que não houve um quadro de presença ou qualquer tipo de cobrança sobre a disposição do trabalho voluntário: essas pessoas ajudam quando possível e da forma que podem e a maioria utiliza o seu tempo livre para ajudar. Todos os personagens serão apresentados no decorrer do texto e nenhum dos personagens recebe o seu nome original, a não ser o padre Júlio Lancellotti, por se tratar de uma figura pública.

Não ocorreram visitas durante as noites e madrugadas, porque escolhi acompanhar o padre Júlio Lancellotti durante seu trabalho nos bairros da Mooca e do Belém, e o trabalho desenvolvido pelo padre se limita aos períodos da manhã e da tarde. Ao não realizar o trabalho de campo durante as noites e madrugadas não

foi possível entender formas de interações e organizações da PopRua nos bairros no período noturno.

Mesmo diante dos riscos que envolvem realizar uma pesquisa etnográfica durante uma pandemia, procurei me adaptar às situações impostas pelo campo, o que me possibilitou entender o cotidiano, para além das entrevistas e dos relatos colhidos (Atkinson, Hammersley, 1994; Correia, 1999; Ezpeleta, Rockwell, 1986). Com a utilização dos métodos etnográficos, procurei dar um rosto, uma trajetória e uma biografia, respeitando a singularidade de cada vivência e as experiências de cada sujeito durante as atividades de campo (Geertz, 2008). Procurei observar as regras e padrões das interações sociais, verbais e não verbais (Magnani, 2002; Pétonnet, 2008), a fim de entender o cotidiano da PopRua nos bairros da Mooca e do Belém durante o meu estágio.

Escolhi realizar as visitas de campo acompanhando as atividades da Paroquia São Miguel Arcanjo (PSMA) por dois motivos. O primeiro é a figura do padre Júlio Lancellotti, considerado uma referência no trabalho com a população de rua na cidade de São Paulo, com quem atua há mais de 30 anos. O segundo motivo é a presença da PopRua na região da subprefeitura da Mooca. A distribuição espacial das pessoas em situação de rua na cidade, no censo de 2019,² é dividida pelas subprefeituras da cidade. Ao todo, são 32 subprefeituras na cidade de São Paulo. Um contraponto interessante é apresentado nos dados oferecidos pelo censo: a subprefeitura da Mooca é a segunda no índice de concentração de pessoas em situação de rua na cidade, ao mesmo tempo que é a região que mais tem pessoas em centros de acolhidas.

O Padre Júlio Lancellotti me disponibilizou os dados de acesso ao Núcleo de Convivência de janeiro a outubro de 2020 em formato de planilha. A partir dessas planilhas elaborei os gráficos apresentados neste artigo. Escolhi comparar os números de um mês com o mês seguinte; por exemplo: os números do mês de março são comparados com os números do mês de abril, os de abril com maio e assim sucessivamente. Os dados são referentes à entrada das pessoas atendidas e

2 O censo sobre a população em situação de rua da cidade de São Paulo do ano de 2019 apurou que no território administrado pela subprefeitura da Mooca se concentra o segundo maior número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo e o primeiro em pessoas abrigadas. Segundo o Censo, existiam cerca de 24.344 pessoas em situação de rua na cidade. Entre eles, 85% são homens, e 69,3% negros e negras (desses, 47,6% são pardos, e 21,7%, pretos). Pessoas entre 31 e 49 anos são a maioria, mas o número de pessoas em situação de rua acima dos 50 anos é de 30%. O censo apresenta um total de 664 crianças e adolescentes em situação de rua e 366 transexuais/transgêneros/travestis. O número total apresentado pelo censo é questionado por agentes que atuam diretamente com a população de rua na cidade, esses agentes dizem a quantidade de pessoas em situação de rua é bem maior que o apresentado pelo levantamento.

registram idade; se estão em situação de rua, albergue ou em moradia; quantidade de utilização dos serviços durante o mês; e o sexo. O sistema não registra o gênero dos frequentadores, mas, observando a entrada, o registro do sexo é autodeclarado e não imposto pelos funcionários que fazem o registro.

O trabalho de campo se iniciou nas manhãs de terças, quartas e sextas-feiras, às 7h, na PSMA. As visitas ao campo se iniciavam assistindo aos sermões do padre Júlio Lancelloti. Seus sermões sempre têm como mensagem a luta, a resistência e o respeito por todas as vidas, e são marcados por uma forte influência da teologia da libertação. É possível destacar aqui uma nota de campo sobre um dos sermões:

Cheguei na igreja e a missa já havia começado. Olhei para o lado e avistei alguns jornalistas. Me concentrei na fala do Padre. Ele pregava sobre o “reino de Deus” e como esse reino não estaria apenas no céu e nem mesmo na vida após a morte. Mas o reino de Deus se encontraria na forma como escolhemos viver. Se escolhermos a justiça, a paz e o amor, estaremos vivendo o reino de Deus. O Padre continuou o sermão dizendo que a verdadeira religião são as práticas cotidianas de bondade. (Caderno de campo, dia 12 de novembro, às 7h22).³

Logo após o encerramento da missa, por volta das 7h30, os voluntários preparam as doações para entregá-las durante o caminho até ao Núcleo de Convivência. No caminho, entregam pão e achocolatado para as pessoas denominadas pelo grupo de voluntários como “pobres”, “moradores de ocupações”, “trabalhadores da equipe de limpeza urbana” e “população em situação de rua”. Outras doações são reservadas para serem entregues às pessoas que aguardam no Núcleo de Convivência.

3 Gostaria de deixar aqui os meus agradecimentos ao padre Júlio Lancelloti pela gentileza com que me recebeu todos os dias em que fui a campo em sua companhia. Gostaria de deixar aqui, em forma de homenagem e agradecimento, uma das anotações de campo sobre o padre Júlio Lancellotti. Desde já, agradeço por todo aprendizado, pelo café e pelas histórias de luta e de resistências de que desfrutei às sextas-feiras. Obrigado: “Durante o ato litúrgico, olhei para cima e havia uma imagem do São Miguel Arcanjo Guerreiro, mas só soube de quem se tratava porque o padre falou o nome do santo. Aquilo me chamou atenção, uma imagem de um guerreiro, armado com uma espada, em posição de ataque para defender alguém. Minha curiosidade não me deixou esperar o final da missa e saquei meu celular para descobrir o que representava a figura de São Miguel Arcanjo Guerreiro na tradição católica. Descobri que São Miguel é um anjo guerreiro, o mais próximo de Deus, que protege, inspira coragem e vitória diante das adversidades. Voltei meu olhar para o Padre Júlio e a cena foi arrepiante, não posso mentir. São Miguel Arcanjo Guerreiro acima e abaixo dele, o Padre Júlio. Um senhor de 71 anos, grupo de risco, que não parou em nenhum momento durante a pandemia de servir aos mais necessitados. Eu olhava para os dois símbolos de luta, de resistência e não soube decidir qual deles era o símbolo mais potente. (Nota de campo, dia 12 de novembro de 2020).

Após entregar as doações na praça Barão do Tietê, seguimos em direção ao Núcleo de Convivência, localizado na rua Siqueira Cardoso. O Núcleo é um dos espaços na cidade de São Paulo que oferece diversos atendimentos à população e é gerido pelo Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto (Bompar), financiado por uma parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo. No espaço, as pessoas atendidas podem ter acesso a banho, alimentação, serviço de assistência social, dentista, doações de roupas e kits de higiene. Do lado de fora, nas calçadas da rua Siqueira Campos, é perceptível a presença da população de rua. Há colchões e barracas de ambos os lados da via. Por lá, chegamos em torno das 8h, as pessoas saem das barracas, como se acordassem no momento da nossa chegada. Na porta de entrada do Núcleo de Convivência, as pessoas se aglomeram, conversam, algumas com máscaras, outras sem. Assim como podemos presenciar em outros grupos sociais, algumas pessoas negam a pandemia e outros se sentem preocupados. Entramos no prédio do Núcleo de Convivência onde há determinação do uso de máscara em todos os espaços do prédio. Assim, a estética do ambiente se transforma: pessoas com máscaras, *face shield* e luvas cirúrgicas circulam pelo espaço. É possível observar álcool em gel disponibilizado em vários pontos do prédio. Essa transformação me chamou muita atenção e a denominei de *estética pandêmica*.

O Núcleo de Convivência, antes da pandemia, realizava diversas atividades com a população atendida no espaço: práticas esportivas, disponibilizava televisão dentro do espaço, roda de leitura e compartilhamento de experiências. O serviço prestado pelo Núcleo de Convivência é considerado uma “referência” no atendimento pela própria PopRua. Mas, com o início da pandemia, o atendimento mudou e todas as atividades comunitárias foram paralisadas para que os protocolos de segurança contra a Covid-19 fossem aplicados. Pois tais atividades exigiam aglomerações, interação e contato entre os participantes.

Entramos no Núcleo de Convivência e com os voluntários passamos a organizar as doações sobre algumas mesas, e, então, aguardamos a entrada das pessoas na fila de espera. Após todas as doações estarem arrumadas, a fila é liberada e a entrada das pessoas no prédio é permitida. Obrigatoriamente se confere o uso de máscaras, se afere a temperatura e distribui-se o álcool em gel nas mãos. As roupas “masculinas” são dispostas ao lado da fila geral e as femininas ficam do outro lado da fila. Quem pretende receber doações de roupas femininas, precisa decidir se pega a doação após o café ou antes. Tanto as roupas masculinas como as femininas são liberadas apenas uma peça por pessoa. O público atendido pelo Núcleo de Convivência é majoritariamente constituído por homens e, por isso, a

entrega das doações de roupas enquanto aguardam na fila facilita o trabalho e evita aglomerações.

Após a entrega do café da manhã e das doações no Núcleo de Convivência, descemos até a rua João Tobias, onde se fixam cerca de 20 pessoas em situação de rua, todos homens, de idade variável entre 30 e 60 anos. O espaço é conhecido como a “comunidade”. A “comunidade” ocupa os dois lados da rua, mas também é fluida e varia de acordo com as ações da subprefeitura da Mooca de dispersão da PopRua. As pessoas se abrigam em barracas de camping, barracas de madeira ou de papelão, dispostas uma ao lado das outras. Foram as próprias pessoas que ocupam as calçadas da rua João Tobias que definiram o espaço como uma “comunidade”. Assim também definiu João, homem negro, natural de Goiás, 47 anos e que atualmente trabalha recolhendo recicláveis:

Aqui é uma comunidade. Comunidade porque assim, às vezes a família nós de tanto igual tem pessoas assim quem convivi que dia a dia que ajuda o próximo. Igual, tem pessoas deitado dormindo chega uma doação “Ah não, vou lembrar do João”, “vou lembrar do Magrão”, “vou levar uma para ele”. Então comunidade é assim um ajudando o outro. Faz um alimento ou vem comer um pouco, né. Bem, a gente sempre divide, por isso que é uma comunidade que a gente fala, né. Um ajuda o outro, né. Tudo bem, tem também as desavenças, essas coisas, mas isso aí, ninguém toca no outro. Isso aí é o que acontece mesmo, né. Mas é por isso que é bom, porque muitas às vezes a família não faz tão assim como a gente vive aqui. É assim, fazer faz, mas chega um tempo que sei lá, não sei eu. Para mim é isso. (João, entrevista, dia 27 de janeiro de 2021).

Por diversas vezes observei as ações comunitárias descritas por João. Trata-se de um espaço na calçada, logo no início da rua João Tobias; é separado como uma cozinha comunitária: uma lata de tinta cortada ao meio é utilizada como “churrasqueira”. No espaço ao lado da “churrasqueira” se encontram algumas cadeiras e uma mesa onde ficam os alimentos. Os alimentos preparados são assados na “churrasqueira” improvisada e coloca-se sobre ela uma panela de pressão para que possam cozinhar o feijão. Utilizam pedaços de madeira e papelão para acender o fogo. Quando os alimentos estão prontos, são divididos entre a “comunidade”. Os membros da “comunidade” são os responsáveis por trazer os alimentos. Como relata João:

Eu ia para pegar lixo, aí no lixo do restaurante eu pegava o resto de comida e jogava lá. Até isso a gente já comeu, sabia? O que? Tem um restaurante ali, hô. Que eu esperava, esperava, até hoje se for eu vou, comida boa. Ao invés deles dá para a gente comer, não é, assim para muitos é nojeira, boa coisa não é também, né. Mas, esperar nós ficava a espera [risos]. Nós saía com os sacos pretos assim. Cara, carne boa... Hooo comida boa, quentinha, sério mesmo, sério. É comida lá que sobrou daquele panelão, eles colocam lá no saco, dahora assim. Eu vou lá e pego mesmo e como, comida, hô, chique. Nós pega, tem um negócios de retalho de carne. Nós faz aqui, nós seca a carne. Você viu um dia alí? Nós salga a carne, aquilo lá é do lixo que nós pega, que eles solta. É, uai, é coisa boa. (João, entrevista, dia 27 de janeiro de 2021).

As refeições são preferencialmente feitas pelos próprios membros da “comunidade”. Alguns membros utilizam apenas os sanitários, banhos e, de maneira irregular, o café da manhã no Núcleo de Convivência. Percebendo isso, questionei oito membros da “comunidade” sobre o motivo de ter uma cozinha comunitária, sendo que, a poucos metros, é servido almoço todos os dias, gratuitamente. As respostas seguiam um padrão, porém selecionei uma que contempla todas as respostas oferecidas. Magrão, homem, 1,85m, 45 anos, branco, me respondeu:

Gostamos de fazer a nossa própria comida, do nosso tempero. Quem está na rua só pega coisa dos outros. Roupa dos outros, tênis dos outros. Você já usou a roupa de uma outra pessoa? Me diz, sai o cheiro? Não sai. Parece que sempre temos que usar apenas coisa dos outros. Olha, a minha comida não pode ter cheiro e gosto dos outros. Tem que ter o meu gosto e o meu cheiro. Aqui fazemos a nossa comida com o nosso gosto e o nosso cheiro. (Caderno de campo, dia 29 de janeiro de 2021).

A organização da “comunidade” é autônoma, mantida por doações e pelas iniciativas individuais de cada membro, como a experiência citada anteriormente. Nenhum tipo de violência física é permitido. Não é permitido urinar e nem defecar nas calçadas e nem na rua, nem mesmo espalhar lixo, o que demonstra o cuidado com o espaço que ocupam. Ao lado do tambor que a “comunidade” utiliza como “churrasqueira” há um espaço reservado para conversas e diálogos, como um núcleo familiar. Nesse espaço, por diversas vezes, conversei com as pessoas sobre sua organização, seu modo de vida e sobre os impactos da pandemia no cotidiano da “comunidade”.

REMOÇÕES E DESPEJOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO ANO DE 2020

As mudanças forçadas de territórios da PopRua, em muitos casos, são consequências das ações da Prefeitura e das polícias, que agem com a intenção de dispersar a PopRua de determinados espaços públicos, como praças, viadutos e calçadas. As ações de dispersão não cessaram durante a pandemia de Covid-19. Durante os meses de trabalho de campo, presenciei várias ações da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar, por ordem da subprefeitura da Mooca, nos bairros da Mooca e do Belém. As remoções são legitimadas por reformas de praças e viadutos, as quais fazem parte de um conjunto de obras de arquitetura hostil⁴ e foram ocorrências comuns durante as visitas de campo. Nas remoções acompanhadas durante o trabalho de campo, materiais recicláveis foram considerados como “sujeira” e utilizadas como pretexto para remoções. Por exemplo, a praça Barão do Tietê era ocupada por seis pessoas, distribuídas em seis barracas de camping diferentes. No final do mês de janeiro de 2021, restava apenas uma.

As tentativas de remoção dos ocupantes da praça Barão de Tietê, realizadas pela subprefeitura da Mooca, foram noticiadas por vários veículos de comunicação e uma delas pode ser lida na reportagem da *Folha de S.Paulo* do dia 10 de fevereiro de 2021 (Mazzo, 2021). A reportagem trata das tentativas de remoção da praça Barão de Tietê, presenciadas por mim, durante o trabalho de campo. Uma das pessoas que ocupam a praça é o catador de recicláveis Baia, e separar o material faz parte do ofício. Dizer isso é importante, pois o que pode ser considerado por muitos como lixo, para um catador de reciclável é renda, rotina e trabalho. Porém, para a subprefeitura da Mooca os recicláveis eram considerados lixo e argumento de legitimação de remoção das pessoas que ocupam a praça. A Figura 1 enfoca as ações de cumplicidades e vínculos de convivência em momentos de remoções e despejos. Nesse sentido, recolher o material reciclável, juntá-lo e dispensá-lo em coletivo pode ser considerado um símbolo de resistência a processos de remoções que ocorrem na cidade até mesmo em tempos de pandemia.

4 Arquitetura hostil são construções na cidade que tentam impedir a permanência da população em situação de rua em determinados lugares da cidade, impossibilitando que pessoas consigam dormir em bancos, debaixo de viadutos ou praças.



Figura 1. Limpeza da praça Barão do Tietê. Foto: Valéria Jurado. Data: 22/01/2021 em torno das 11h. Padre Júlio Lancellotti (jaleco branco), anônimo (com carrinho na mão), – autor (camiseta vermelha). Ao fundo pessoas em situação de rua ajudando na limpeza e pessoas que ocupam a praça (possivelmente população em situação de rua atendida no Centro de Convivência São Martinho).

As remoções não são a solução e nem reduzem o número de pessoas em situação de rua, mas como efeito ferem as indicações de pesquisadores e especialistas sobre medidas emergenciais para a PopRua durante a pandemia de Covid-19 (Silva et al., Natalino e Pinheiro, 2020). Processos de remoções espalham as pessoas pela cidade aumentando a condição de segregação, quebrando os vínculos com assistentes sociais e com as ONGs de todos os seguimentos: coletivos, grupos religiosos, consultório na rua, entre outros. Esse foi o caso de Maria e do seu filho Davi, os dois passaram por vários processos de remoções durante os anos de 2019 e de 2020. Maria e Davi moravam na Favela do Cimento, onde ocorreu um processo de remoção seguido de incêndio, em 2019. Logo após isso, ocuparam, juntamente com outras famílias, uma parte do viaduto Bresser, mas logo sofreram mais um processo de remoção. Maria desistiu de ocupar outros espaços e decidiu morar nas calçadas próximo ao Núcleo de Convivência. A seguir, uma nota de campo do dia 26 de novembro de 2020, com o relato de Maria:

Perguntei a Maria como estavam sendo os dias na rua durante a pandemia, e ela me disse: “Estão sendo difíceis, né?” Maria me contou que morava na Favela do Cimento e que a reintegração de posse seguida de um incêndio fez ela e alguns conhecidos ocuparem uma parte do viaduto Bresser. Mas lá eles também sofre-

ram com uma reintegração de posse, há alguns meses (ela não soube me dizer exatamente há quanto tempo) e, desde então, ela moraria com Davi na frente do Núcleo de Convivência em uma barraca doada pelo Padre Júlio. (Nota de Campo, 26 de novembro de 2020).

O número de pessoas em situação de rua em torno do Núcleo de Convivência aumentou durante a pandemia e isso se deve a dois motivos. O primeiro, está relacionado às remoções (Labcidade, 2020) e as reintegrações de posse realizadas pela cidade. O segundo motivo se deve à paralisação das doações e dos trabalhos de igrejas, comunidades missionárias e pessoas autônomas durante a pandemia, o que fez muitas dessas pessoas procurarem as instituições públicas para terem acesso à alimentação, banho e lavagem de roupa.

O AUMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA ATENDIDAS PELO NÚCLEO DE CONVIVÊNCIA SÃO MARTINHO

Os registros de entrada do Núcleo de Convivência demonstram que, de janeiro a abril de 2020, ocorreu um aumento gradual de mil pessoas ao mês, algo considerado normal pelos funcionários da instituição, sendo que a presença durante os meses de janeiro e fevereiro é sempre menor que nos demais meses. Porém, com o agravamento da pandemia e com as medidas de isolamento social adotadas a partir de março de 2020 se intensificando a partir do mês de abril, o número de pessoas atendidas disparou. De março a abril, o número de pessoas atendidas pelo Núcleo de Convivência aumentou em 19%, e em 17% de abril a maio. Os números de frequência continuam crescendo em junho (4%) e julho (2%), mas demonstram estabilidade em comparação com os anos anteriores. Em comparação a julho, agosto (-3%) e setembro (-5%), o número de presença sofre pequenas quedas, mas ainda demonstrando estabilidade na frequência de atendimentos. A queda começa a ser sentida no mês de outubro (-12%), mas ainda apresenta um número maior de atendimento em comparação com o mês de março (Gráfico 1).

A partir do confronto dos dados quantitativos, qualitativos e do trabalho de campo, percebe-se que um dos motivos do aumento no número de pessoas atendidas pelo Núcleo de Convivência, entre os meses de abril e julho, é decorrente do isolamento social. Segundo as pessoas atendidas no Núcleo de Convivência, elas começaram a frequentar o local porque as doações deixaram de chegar em outros pontos da cidade. Com o trabalho de campo, percebi que algumas organizações como igrejas, ONGs e pessoas autônomas interromperam as atividades com a população em situação de rua na cidade, o que fez as pessoas procurarem outros

espaços de atendimento na cidade. Restaram apenas os espaços de atendimento público ou em parceria com a Prefeitura. O agravamento da pandemia e a paralisação de alguns atendimentos provocaram essa mudança na rotina de parte da população de rua da cidade.

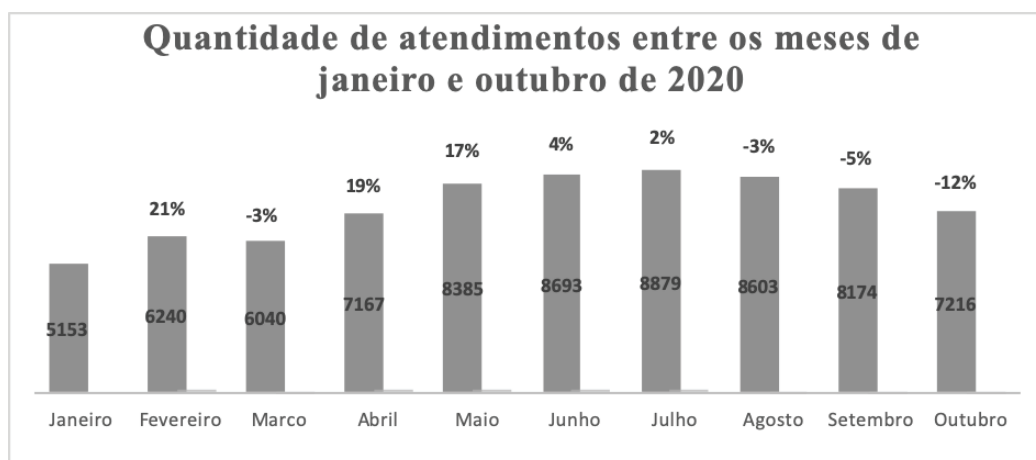


Gráfico 1. Quantidade de atendimentos realizados por mês. Fonte: Dados de entrada no Núcleo de Convivência São Martinho (N.C. São Martinho).

O número de mulheres atendidas no Núcleo de Convivência, de janeiro a outubro de 2020, foi menor em comparação ao número de homens no mesmo período, algo esperado, visto que proporcionalmente a população de rua é composta majoritariamente por homens. Porém, entre os meses de março e abril de 2020, o público feminino atendido no Núcleo de Convivência aumentou em 46%. Entre os meses de abril e maio, novamente há um crescimento significativo de 31%, em junho cresce em 6%, no mês seguinte se mantém estabilizado, -5% (Gráfico 2). O atendimento aos homens aumentou em 16% entre os meses de março e abril; de abril a maio cresce mais 16%; em junho e em julho 3%. De agosto a outubro, os números começam a cair gradualmente: agosto, -3%, setembro, -4%, e outubro, -11% (Gráfico 3).

Os dados apresentados demonstram o aumento na frequência, tanto masculina quanto feminina. O crescimento do atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social no Núcleo de Convivência acompanha a evolução de medidas restritivas e o acentuamento da pandemia de Covid-19 na cidade. Outra questão importante é que, nesse momento, as mulheres na monoparentalidade feminina⁵ estão mais expostas às consequências econômicas da pandemia e se encontram em uma situação de vulnerabilidade e segregação maiores na pandemia de Covid-19,

5 Para a monoparentalidade feminina será utilizado a categoria nativa “mãe-solo”.

devido ao baixo valor do auxílio emergencial, insuficiente para custear os gastos de vida.

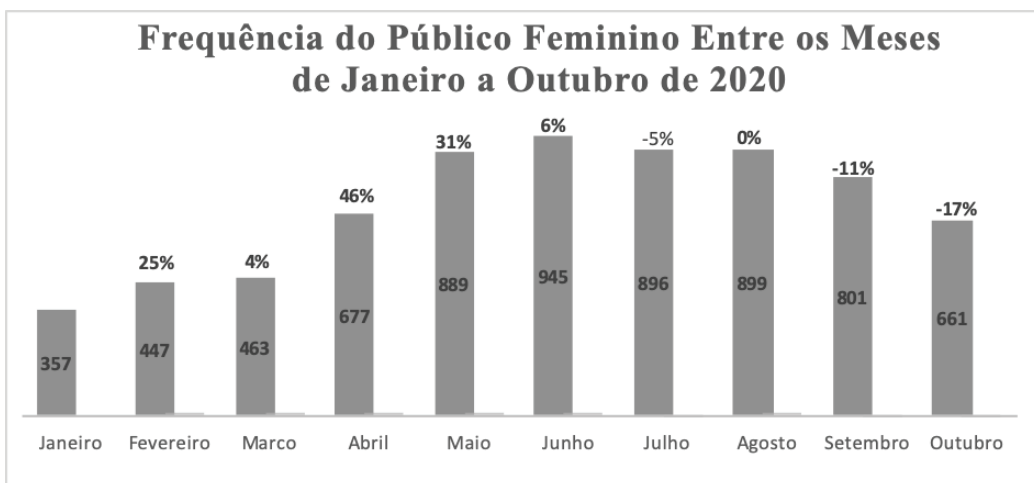


Gráfico 2. Frequência do Público Feminino de janeiro a outubro de 2020. Fonte: Dados de entrada no Núcleo de Convivência São Martinho (N.C. São Martinho)

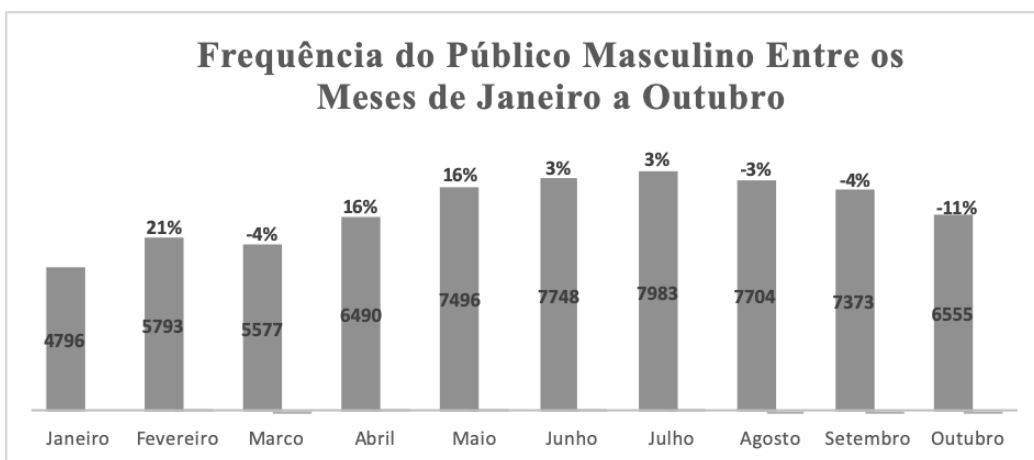


Gráfico 3. Frequência do Público Masculino de janeiro a outubro de 2020. Fonte: Dados de entrada no Núcleo de Convivência São Martinho (N.C. São Martinho)

TRABALHO, RENDA E BENEFÍCIO

O auxílio emergencial foi uma política social de distribuição de renda implementada pelo governo federal como uma forma de compensar as mazelas econômicas causadas pela pandemia na vida da população carente e, antes de ser implementado, passou por um longo processo de disputa entre o governo federal e a câmara de deputados.⁶ O auxílio emergencial teve duas fases. A primeira entre

⁶ O governo federal (Bolsonaro, PL) além de negar a pandemia e a capacidade de contaminação e morte pela população em razão da disseminação do vírus, ofereceu um auxílio emergencial de trezentos (R\$300,00) reais mensais para cada cidadão com direito a receber o benefício. A

abril e agosto, e a segunda entre setembro e dezembro de 2020; foram beneficiadas: famílias com renda de R\$550,00 mensais (meio salário-mínimo) ou com renda mensal total de R\$3.300,00 (três salários-mínimos); beneficiários do programa Bolsa Família poderiam acrescentar o benefício e também o microempreendedor individual (MEI).⁷ O benefício poderia variar entre R\$300,00 e R\$600,00 para homens e mulheres sem filhos. Já “mães-solo” receberam cerca de R\$1.200,00 mensais.

Na segunda fase do programa, de setembro a dezembro, o benefício foi reduzido pela metade: R\$300,00 para homens e mulheres sem filhos e R\$600,00 para mulheres “mães-solo”. O corte do benefício pela metade, somado ao aumento da inflação (Garcia, Pupo, 2020) durante todo o ano de 2020 colocou as “mães-solo” em condição de extrema vulnerabilidade e segregação econômica. Outro fator importante a ser mencionado foi o fechamento das creches. Com as creches fechadas as mães não tinham nenhum lugar para deixar as crianças para que pudessem realizar atividades de complemento de renda. Um exemplo é a situação da Cléria, mulher negra, 27 anos, mãe-solo. Cléria tem uma filha e um filho e não possui uma rede de apoio para auxiliá-la nos cuidados com as crianças. Cléria passou a morar com as crianças no abrigo Centro Temporário de Atendimento Aparecida. Logo no início da pandemia, segundo suas palavras, “foi abandonada junto com as crianças pelo companheiro”, tornando-se assim a única responsável pelas crianças. Sem um local onde possa deixar as crianças para trabalhar, vive de doações e das refeições oferecidas no Núcleo de Convivência. Cléria afirma que graças ao auxílio emergencial e às doações não passou mais necessidade durante a pandemia, mas, com o fim do benefício, sua vida tornou-se muito mais difícil. Pois, mesmo com os benefícios financeiros do auxílio emergencial e do Bolsa Família, não está conseguindo se manter, simplesmente porque o custo de vida aumentou drasticamente na cidade de São Paulo durante a pandemia.

Mesmo com o dobro do valor do auxílio emergencial em comparação a outras categorias (pessoas sem filhos) o gasto das mães-solo, em situação similar à da Cléria, é maior quando o valor é dividido entre ela e as duas crianças. Se dividido o valor total do auxílio emergencial pelos três membros da família, o auxílio seria de (R\$400,00) quatrocentos reais para cada um deles. Na segunda fase do auxílio emergencial, o resultado dessa divisão seria de (R\$200,00) duzentos para cada

⁷ Câmara dos Deputados reivindicou e conseguiu alterar o benefício para o que é apresentado aqui.. MEI é a sigla utilizada para Microempreendedor Individual. São pessoas prestadoras de serviços com faturamento de até R\$81.000,00 por ano que passam a ter um CNPJ, com apenas um empregado recebendo um salário-mínimo e sem necessidade de um contador.

membro. O auxílio emergencial para “mães-solo”, como Maria e Cléria, não é apenas um recurso a mais, mas um instrumento necessário à sobrevivência da família.

No entanto, não há consenso entre as pessoas em situação de rua com quem convivi sobre os impactos no cotidiano decorrentes da pandemia. Há aqueles que negam os impactos; aqueles que desacreditam do potencial de morte e de contágio do vírus; já outros negam ter existido algum tipo de mudança no cotidiano; ainda existem outros cujas respostas são uma mistura de medo e negacionismo. A exemplo disso, apresento o diálogo que estabeleci com dois membros da “comunidade”. São eles Júlio e Matheus. Júlio é catador de recicláveis, branco, 53 anos, e está em situação de rua há pouco mais de seis anos. Matheus é aposentado, branco, 70 anos, e não sabe há quanto tempo está em situação de rua. Perguntei se eles perceberam alguma mudança no cotidiano durante a pandemia de Covid-19, eis as respostas:

Júlio: “Rapaz, muita coisa. Até o jeito como nos cumprimentamos, antes a gente pegava na mão para se cumprimentar. Hoje, a gente da soquinho [riu]. A não ser que você tenha intimidade, morô? Aí você abraça. Mas, essa parada (Covid-19) não pega em nós não, mano. Fala aí, Matheus...”

Matheus: “Meu Corona é isso aqui... [mostra uma garrafa de Corote⁸]. Quem bebe isso aqui não pega Corona, não, isso é álcool puro, é Corote Vírus [e riu].” (caderno de campo, dia 18 de dezembro de 2020).

João também relatou sua experiência com as mudanças cotidianas. Mas, ao contrário de Júlio e Tobias, João sente medo:

Para mim, o que mudou foi assim, dificultou... Dificultou nós trabalhar com reciclagem. Isso aí, mas assim, eu não tenho medo. Eu graças a Deus não peguei isso até hoje. Para você ver né, muita cachaça, droga, tudo bem, mas graças a Deus nunca. Graças a Deus aqui de nós que eu conheço ninguém pegou. Mas, mas, e... para mim o que mudou foi o muito falatório que vai transportando o medo, mas o medo ele para mim, hô: xo, xo, xo (gesto nas mãos espantar). Mas, só que tem hora que uma, porque você ouve muita coisa; ‘está morrendo tantos por dia’, ‘tá morrendo tantos por dia’. Aí tem hora que eu vou deitar, aí fico assim pô mano

⁸ Corote é uma bebida alcoólica de alto teor alcoólico e baixo custo. O valor da garrafinha, ou barrigudinha por causa do formato da garrafa, custa entre R\$3,00 e R\$5,00. É uma bebida muito popular entre a população de rua da Grande São Paulo.

pô, pô. Aí tenho medo até de sair sem máscara. (*caderno de campo, dia 27 de janeiro de 2021*)

O medo está presente na fala de João, sua força para vencê-lo é a necessidade da renda. João teve acesso ao auxílio emergencial, mas o saldo total era insuficiente para se manter. Também é o medo que faz João buscar equipamentos de proteção contra a Covid-19 para utilizar durante o trabalho.

O trabalho é a chave para entender a organização da “comunidade”. Júlio, Matheus e João são catadores de recicláveis. Não é apenas a proximidade ao Núcleo de Convivência que fez a “comunidade” se fixar na rua João Tobias, mas porque há um centro de coleta de materiais recicláveis a poucos metros das barracas. Dessa forma, a proximidade com o destino final dos materiais recicláveis recolhidos também é um atrativo para a “comunidade” se estabelecer ali. O espírito comunitário dessas pessoas é para além da divisão dos alimentos, das conversas, do cuidado um com o outro e se estende para as relações de trabalho/renda. Os membros da “comunidade” compartilham as carroças que utilizam para recolher materiais recicláveis de diversas formas. As carroças não são comunitárias, são propriedades privadas. No entanto, são compartilhadas de diversas formas: aluguel, divisão de expediente (um trabalha a noite e outro de manhã) e empréstimos.

O exemplo disso é João, com a sua “Viúva Negra”, como denominou a sua carroça (Figura 2). Segundo João, ele sempre empresta sua carroça quando não está utilizando e “antes do Corona” preferiria trabalhar no período noturno, porque a temperatura à noite é menor, as ruas não são tão movimentadas e o serviço exige menos de sua condição física já debilitada. O calor durante o dia e o peso⁹ da carroça são desgastantes. Outro motivo elencado por João é a impaciência dos motoristas nas ruas, que buzina e reclamam dos “carroceiros”. Porém, João diz perceber que há menos movimento de carros e de pessoas nas ruas desde o início da pandemia, o que facilitou o trabalho dos “carroceiros” e, durante a pandemia, também recolhe os recicláveis no período da manhã.

Porém, trabalhar em dois turnos é reflexo das mudanças impostas pela pandemia. A mudança na rotina e nas condições encontradas para o trabalho foram as principais inflexões ocorridas no cotidiano das pessoas com quem tive contato na “comunidade”. Os pontos de coleta desses catadores de recicláveis são as lixeiras das casas, dos prédios e de supermercados nos bairros da Mooca e do Belém. João

9 O peso de uma carroça varia entre 150 e 300 quilos dependendo do tamanho da carroça e da carga que se consegue recolher no dia ou na semana.

diz ter notado que os moradores das casas instalaram grades e trancas nas lixeiras, abrindo-as apenas no horário da coleta de lixo pelo caminhão da prefeitura. Já nos supermercados, os funcionários impedem a coleta das caixas de papelão pelos catadores e argumentam que os recicláveis estão sendo entregues diretamente aos caminhões de recolhimento. Essas são mudanças citadas por João e por outros membros da “comunidade” no cotidiano dos “catadores de recicláveis” durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020. Porém, a partir do trabalho de campo, averigui que essas medidas não são consequentes dos protocolos de segurança da Covid-19, mas podem estar relacionadas com o aumento de pessoas em situação de rua nesses bairros durante a pandemia. Ambas as medidas mencionadas, as das casas/prédios e as dos supermercados, são estratégias de aporofobia e de arquitetura hostil, já adotadas antes da emergência de saúde como forma de impedir a coleta de materiais recicláveis pelos coletores. Parte das pessoas que moram em casas e apartamentos na região da Mooca e do Belém é contra a permanência e circulação da população de rua na localidade e implementam métodos e ações para dificultar a vida dessa população na região. Essas ações, similares a trancar lixeiras e impedir a coleta de recicláveis nos supermercados e em outros pontos, são símbolos da objeção dos moradores de casas/apartamentos à presença dessas pessoas. Ou seja, são estratégias de segregação social (Marques, 2005) precedentes à pandemia de Covid-19 que impedem o trabalho dos coletores, e que, assim, encontram nos protocolos de combate a Covid-19 a legitimação para sustentar a aporofobia, a arquitetura hostil e o desejo de segregar a PopRua a partir de uma noção de produtora da violência. Lago (2002) indica que tais estratégias fazem parte de uma noção de fragmentação socioespacial, de processos excludentes que transformam a escala e a natureza da segregação urbana e são consequência da redução da “aproximação” entre ricos e pobres. Ainda segundo a autora, podemos notar a redução do grau de interação entre grupos socialmente distintos, graças ao confinamento dos grupos de melhor condição econômica em espaços privados e da estigmatização dos espaços da pobreza como espaços da produção da violência (Lago, 2002).



Figura 2. Carroça de coleta de materiais recicláveis na rua João Tobias, bairro da Mooca, São Paulo. Foto: Giovanna Olinda. Data: 03/12/2020.

Outro ramo de atividade inflexionado foi o de “guardadores de carro”, pessoas que olham carros estacionados na rua. Convivi durante três meses com Carlos, homem negro, 26 anos de idade, mora há oito anos na rua, já passou pelo sistema prisional e, antes da pandemia, vigiava carros estacionados de alunos, professores e funcionários da Faculdade São Judas, no bairro da Mooca em troca de dinheiro. Atualmente está sem emprego, Carlos diz não saber ao certo quando foi, mas em um determinado dia chegou para olhar os carros e não tinha ninguém nas ruas e nem carro para olhar. Com a suspensão das aulas presenciais, o movimento em escolas e faculdades reduziu e, assim, sobraram poucos carros para serem vigiados: “De repente cheguei lá e não tinha mais carro, mano, que bagulho louco” (Carlos, caderno de campo, 11 de dezembro de 2020). Carlos recorreu à entrega de alimento por aplicativos para ter uma renda.

Outro setor também afetado foi o ramo de instalação de estruturas para eventos e shows. Os eventos foram interrompidos na cidade durante a pandemia de Covid-19 e, com isso, a oferta de emprego do setor reduziu a zero. Outro setor que sofreu, porém menos, foram os carregadores e descarregadores de cargas. Esse setor também reduziu a oferta de serviços, devido ao fechamento dos comércios. Apenas um grupo de trabalhadores não relatou mudanças na rotina de trabalho, os trabalhadores da construção civil. Pois, esse ramo de atividade não interrompeu o trabalho durante a pandemia de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento em que este artigo foi escrito, já se passaram pouco mais de dois anos de pandemia no Brasil e já são mais de 670 mil mortos e as vacinas

demoraram a chegar à população, em razão do negacionismo do governo federal em relação ao vírus SARS-CoV-2. O estudo aqui apresentado teve como objetivo demonstrar como os impactos econômicos e sociais atravessam o cotidiano da população em situação de rua no bairro da Mooca e do Belém.

Apresentei como os protocolos de segurança inflexionaram a rotina de trabalho dos trabalhadores precarizados (Harvey, 1992) e em situação de rua, o que procedeu em transformações na relação entre as pessoas, o espaço e suas atividades cotidianas. No caso dos “carroceiros”, essas inflexões resultaram em maior dificuldade de acesso aos recicláveis, redução da renda e adoção de medidas por parte dos moradores de casas/apartamentos e comerciantes (Lago, 2002) dos bairros da Mooca e do Belém, que dificultam a coleta dos recicláveis, ações essas precedentes à pandemia de Covid-19. Distante do que propõe Segata (2020), sobre pensar cada grupo a partir da sua realidade social, os protocolos de segurança deixaram de fora as necessidades específicas da população em situação de rua. Os protocolos de segurança contra a Covid-19 foram de extrema importância, mas partem de uma lógica de vida padrão: casa, família nuclear, possibilidade de isolamento residencial, trabalho *home office*. A partir desses padrões, são ignoradas as diversas experiências possíveis de se viver na cidade. Ao ponto de, mesmo em meio a uma pandemia, a subprefeitura da Mooca realizar remoções e despejos, sem propostas efetivas de moradia para as pessoas desalojadas, como propõe o documento *População em Situação de Rua em Tempos de Pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais* (Silva et al., Natalino e Pinheiro, 2020).

As instituições públicas de atendimento à PopRua durante a pandemia, como o Núcleo de Convivência São Martinho, no bairro da Mooca, foram essenciais na garantia de direitos básicos a essas pessoas. Porém, foram insuficientes e a pandemia intensificou os problemas já existentes na cidade, no que se refere ao atendimento e aos serviços destinados às pessoas em situação de rua, como o acesso a sanitários, a banho, a serviços de assistência social, de moradia/abrigo e alimentação, mas principalmente a falta de políticas de habitação aumentando a condição de segregação descrita por Marques (2005). Mas, também apontam para a necessidade de estratégias que incluam a população de rua, como demonstra o trabalho de Honorato e Oliveira (2020).

Nakamura e Silva (2020) alertaram sobre como grupos sociais que já enfrentam historicamente violações de direitos sentiriam mais os efeitos da pandemia e da contaminação. Diante do fechamento temporário de algumas atividades consideradas não essenciais, as atividades econômicas realizadas pela PopRua passaram

por mudanças cotidianas, afetando principalmente a monoparentalidade feminina, preta e pobre. Assim sendo, gênero, raça e classe são elementos centrais para a compreensão das vulnerabilidades de grupos particulares durante a emergência de saúde.

A pandemia de Covid-19 intensificou os problemas da falta de estrutura e de políticas públicas habitacionais para a população em situação de rua na cidade de São Paulo. A falta de propostas e de soluções para os problemas da PopRua na cidade não passaram a existir com a pandemia, mas são consequentes da falta de investimento em estruturas de atendimentos e de políticas públicas destinadas a PopRua há décadas. Por isso se faz necessário adotar novos caminhos e propostas referentes aos problemas enfrentados por quem não tem casa. O que apresento aqui não é uma crítica às medidas de isolamento social e nem mesmo aos protocolos de segurança adotados durante a pandemia, mas uma crítica ao baixo valor do auxílio emergencial e à falta de políticas habitacionais, assim como à falta de empatia que nos impedem de resolver essa crise humanitária na cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGROSINO, Michael (2009). *Etnografia e Observação Participante*. São Paulo: Artmed.
- ATKINSON, Paul; HAMMERSLEY, Martyn (1994). “Ethnography and participant observation”. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds). *The SAGE Handbook of qualitative research*. London: Sage, p. 248-261.
- CORREIA, Maria da Conceição Batista (1999). A Observação Participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, v. 13, n. 2, p. 30-36. <http://hdl.handle.net/10400.26/23968> (acesso em 09/12/2022).
- EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie (1986). *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez.
- GARCIA, Larrissa; PUPO, Fábio (2020). Alta nos preços dos alimentos faz governo elevar projeção da inflação em 2020. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17/11/2020. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/alta-no-preco-de-alimentos-faz-governo-elevar-projecao-de-inflacao-para-2020-e-2021.shtml> (acesso em 14/12/2021).
- GEERTZ, Clifford (2008). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- HARVEY, David (1992). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- HONORATO, Bruno Eduardo Freitas; OLIVEIRA, Ana Carolina (2020). População em situação de rua e COVID-19. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1064-78. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200268>
- KRIEGER, Morgana G. Martins; MOMESSO, Caio; MAGRI, Giordano (2022). “Não Pegamos Porque Somos Invisíveis”: A Política Voltada à População de rua na Cidade

- de São Paulo e seus Efeitos Durante a Pandemia de COVID-19. *International Journal on Homelessness*, v. 2, n. 2, p. 69-115. <https://doi.org/10.5206/ijoh.2022.2.13727>
- Labcidade (2020). *Remoções por uma Moratória em tempos de pandemia*. <http://www.labcidade.fau.usp.br/remocoes-por-uma-moratoria-em-tempos-de-pandemia/> (acesso em 09/12/2022).
- LAGO, Luciana Corrêa do (2002). A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos. In: *Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*. Cadernos IPPUR, Ano XV/XVI. Número especial, p. 155-76.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor (2002). De perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-28. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>
- MARQUES, Eduardo (2005). “Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado”. In: MARQUES, Eduardo; TORRES Haroldo. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. Eduardo Marques e Haroldo Torres (org.). São Paulo: Editora Senac, p. 19-56.
- MARX, Karl. (2001). *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret.
- MAZZO, Aline (2021). Moradores de rua acusam prefeitura de fazer jardins para tirá-los de praça na zona leste de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10/02/2021. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/02/moradores-de-rua-acusam-prefeitura-de-fazer-jardins-para-tira-los-de-praca-na-zona-leste-de-sp.shtml> (acesso em: 14/12/2021).
- NAKAMURA, Eunice; SILVA, Cristiane Gonçalves da (2020). “O Contexto da Pandemia da COVID-19: desigualdades sociais, vulnerabilidade e caminhos possíveis”. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (orgs.). *Cientistas sociais e o Coronavírus*. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha.
- OXFAM (2021). *O Vírus da Desigualdade: unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável*. <https://www.oxfam.org.br/o-virus-da-desigualdade/> (acesso em 09/12/2022).
- PAULO, Paula Paiva (2021). Prefeitura de SP começa vacinação contra Covid-19 de moradores em situação de rua maiores de 60 anos nesta sexta. *G1*, São Paulo, 12/02/2021. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/12/prefeitura-de-sp-comeca-vacinacao-contracovid-19-de-moradores-em-situacao-de-rua-maiores-de-60-anos-nesta-sexta.ghtml> (acesso em: 14/12/2021)
- PÉTONNET, Colette (2008). Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. *Antropolítica*, Niterói, v. 25, n. 1, p. 99-111.
- SEGATA, Jean (2020). “COVID-19: Escalas da Pandemia e Escalas da Antropologia”. In GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (orgs.). *Cientistas sociais e o Coronavírus*. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha. p. 46-8.

SILVA, Tatiane Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito (2020). Nota Técnica n. 74: População em Situação de Rua em Tempos de Pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia e Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. Brasília-DF: IPEA.

SILVA, Tatiane Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito (2021). “Medidas Emergenciais para a População em Situação de Rua: enfrentamento da pandemia e seus efeitos”. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 25, p. 81-8. <http://dx.doi.org/10.38116/bapi25art9>.